

**Exmo. Dr. Gentil Nogueira de Sá Júnior**

Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Assunto: Análise de Caducidade da Concessão da ENEL – SP (Eletropaulo Metropolitana).

Prezado Dr. Gentil,

Conforme combinado em nossa reunião de 03 de fevereiro último, serve a presente para registrar os pontos nela destacados.

Como representantes dos trabalhadores ativos e aposentados da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A. CNPJ 61.695.227.0001/93, que somam dezenas de milhares de profissionais, vimos externar nossas preocupações quanto à possível caducidade da concessão, ora em análise pela ANEEL, e suas implicações, bem como apresentar sugestões que possam mitigar riscos para todas as partes interessadas.

É de conhecimento público que a distribuidora tem apresentado desempenho abaixo do esperado nos dias de eventos climáticos extremos, ocorridos em 2023, 2024 e 2025, tanto no número de clientes atingidos pela falta de energia, quanto pelo tempo de restabelecimento, fato que motivou a lavratura de multas aplicadas pela ANEEL e à abertura de ação judicial pela Prefeitura de São Paulo.

A repetição dessas ocorrências, com impacto em parcela expressiva da população da área de concessão da empresa, tem levado a críticas por parte de autoridades do estado e da imprensa, mesmo em casos de anomalias mais rotineira na rede elétrica, sendo compreensível que a opinião pública espere algum tipo de medida corretiva por parte do Poder Concedente.

Dentro desse cenário, tem sido repetidamente noticiado que a ANEEL estuda a possibilidade de propor ao MME a caducidade da concessão, ou a recomendação pela não renovação da concessão vincenda em meados de 2028, o que levaria a Eletropaulo Metropolitana a perder o direito de exploração da concessão, impossibilitando a operação do serviço público de energia, mas permanecendo com outros bens, direitos e obrigações financeiras, resultando em previsível desequilíbrio econômico.

A nosso ver, essa é uma situação extremamente preocupante sob vários aspectos, além de apresentar difícil aplicação prática, impactando todas as partes interessadas, a saber:



### 1) Poder Público Federal

- ressarcimento à empresa do valor dos ativos não depreciados, cuja estimativa atual supera os R\$ 10 Bilhões, consumindo recursos de Fundos setoriais indenizatórios;
- Possíveis implicações na política externa, dada a origem da proprietária da Eletropaulo Metropolitana;
- Previsíveis disputas judiciais de monta por tempo imprevisível, com risco de paralisação de investimentos na rede elétrica e nos serviços técnicos e comerciais enquanto não houver decisão sobre o tema, o que pode levar anos;
- Operacionalização da ruptura do contrato desconhecida na distribuição de energia, uma vez que não há precedentes.

### 2) Consumidores

- Piora esperada da qualidade dos serviços até que um novo operador assuma a empresa e implante soluções adequadas;
- Risco de solução de continuidade de um serviço essencial e que deve ser contínuo;
- Piora no atendimento pela manutenção de saldos, dados e informações das contas de consumo de energia elétrica faturadas até a data da reversão da concessão, dificultando atendimentos relativos a fatos geradores anteriores;

### 3) Trabalhadores ativos e aposentados

- Possível perda do vínculo empregatício de empregados ativos contratados pela CLT através do CNPJ, que em cenário de perda de direito da exploração da concessão e impossibilitado de auferir receitas, terá que eliminar custos, demitindo praticamente a totalidade dos empregados;
- Extinção de todos os planos de previdência privada suplementar patrocinados pela empresa;
- Risco de inadimplência da dívida contratada junto ao plano de previdência suplementar, atualmente da ordem de R\$ 3 Bilhões, e de não cobertura da diferença entre os ativos contabilizados e seu valor de venda com a inevitável retirada de patrocínio;
- Extinção da oferta dos planos de saúde aos trabalhadores aposentados.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page.



4) VIVEST (Entidade Fechada de Previdência Complementar)

- Perda expressiva de recursos administrados e de participantes (cerca de 30%) da maior entidade fechada de previdência complementar fechada do país;
- Impacto sobre os custos operacionais para os demais patrocinadores de planos de previdência na VIVEST.

5) Fornecedores, Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

- Risco de inadimplência generalizada, em decorrência da antecipação generalizada de vencimento de contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados de longo prazo;
- Possível piora generalizada na avaliação de riscos creditícios das distribuidoras de energia elétrica brasileiras pelas agências especializadas;
- Quebra de contratos, riscos de inadimplência com empreiteiros de obras e manutenções com impactos nos colaboradores terceirizados.

6) Tributos – Federal, Estadual e Municipal

- Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS, ICMS, ISS. A distribuidora, que é grande contribuinte de impostos e possui créditos tributários, poderá tornar-se inadimplente pelas dificuldades econômicas e financeiras já mencionadas.

7) Ativos Relevantes que não são “efetivamente operados “

- Não reversão de ativos de monta, como veículos da frota, obras em andamento, materiais em almoxarifado, Softwares e Hardwares (técnicos, comerciais e de gestão empresarial), móveis e utensílios, ferramentas e equipamentos de proteção individual e coletiva.

Considerando o exposto até aqui, é razoável supor que as dificuldades de uma caducidade não se limitarão a algumas operações de compra e venda de ativos a ser efetuada entre o anterior e o novo concessionário, envolvendo o atendimento à principal região metropolitana do país.

Como se vê, há um grande alinhamento entre os riscos que observamos nesse desdobramento da questão Enel e aqueles externados por V.Sa. em nossa reunião virtual de 3/2/26



Dado esse cenário, entendemos que seja de fundamental importância a preservação da personalidade jurídica do atual CNPJ 61.695.227/0001-93, da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo, com a continuidade de todos os fatos e atos relativos aos seus bens, direitos e obrigações, o que nos leva a submeter duas possíveis soluções à apreciação dessa Agência:

A) Prorrogação Temporária Supervisionada da atual concessão, condicionada a:

- I. Apresentação e execução, pela empresa, de plano de mitigação das vulnerabilidades da rede (substituição de redes convencionais por compactas, programa de podas, automação, supervisão do sistema, planos de manutenção preventiva, etc.);
- II. Dimensionamento de recursos, equipamentos, materiais, veículos e equipes de manutenção corretiva emergencial;
- III. Revisão de procedimentos operacionais para ganho de agilidade sem comprometimento da segurança dos trabalhadores;
- IV. Estratégia de acionamento de recursos para atendimento em dias críticos.

Todos esses planos deverão ser submetidos à ANEEL e sua implantação poderá ser fiscalizada mensalmente pela ARSESP.

Será mandatório para esta alternativa:

- O compromisso de venda da empresa a outro concessionário em caso de descumprimento dos planos;
- O pagamento das multas existentes ou sua conversão em investimentos na rede não remunerados na tarifa, inclusive desistência das atuais ações judiciais que desobrigam do pagamento das multas.

A prática e a vivência no setor nos apontam que um plano dessa magnitude demandará cerca de 3 a 5 anos para completa implantação, a despeito da disponibilidade de recursos financeiros que se tenha.

- B) Condução de um processo de licitação da concessão antes da conclusão das medidas de caducidade, de modo a evitar solução de continuidade, preservando a totalidade das operações e o pleno atendimento aos consumidores, com a



continuidade do já citado CNPJ da Eletropaulo Metropolitana e todos seus bens, direitos e obrigações.

Entende-se que essa alternativa exigirá alteração do artigo 35 da Lei 8987/95, de forma que, extinta a concessão, retorne ao poder concedente a totalidade das ações representativas do controle societário da distribuidora de energia elétrica, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

É esperado, no entanto, que ações judiciais movidas pela Enel possam trazer entraves a essa alternativa.

Finalizando, gostaríamos de, mais uma vez, nos colocar à disposição para contribuir em qualquer discussão que a situação requeira.

Agradecendo toda atenção e transparência que tivemos em nosso encontro, subscrevemo-nos.

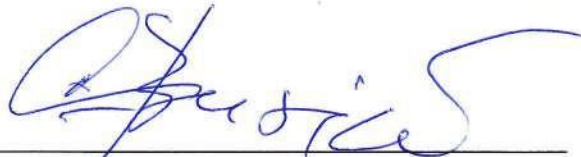
Atenciosamente,



---

**Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato**

Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo – STIEESP



---

**Francisco Campizzi Busico**

Presidente da Associação dos Aposentados da Fundação CESP – AAFC



---

**Antônio Rogério Magri**

Vice-Presidente da Associação dos Eletricitários Aposentados de São Paulo –  
AEASP